

Uma História da Filosofia

79 Ética desde o Positivismo Lógico

Por Dr. Arthur Holmes do Wheaton College

Acho que recuperei minha voz esta semana, então está sendo menos doloroso para mim, e espero que para vocês também. Na semana passada, analisamos como a análise da linguagem comum ampliou e flexibilizou o rígido empirismo científico dos positivistas lógicos. E vimos isso em particular em relação à disputa sobre a linguagem religiosa das décadas de 1950 e 1960, que buscava algum tipo de referência empírica para falar sobre Deus.

Gostaria, esta manhã, um pouco tarde para isso, esta tarde, de analisar a teoria ética, desde o positivismo lógico. O que veremos inicialmente é o mesmo tipo de influência da análise da linguagem ordinária em romper com o domínio do positivismo lógico e sua teoria emotivista da ética. Ayer articula isso de forma muito eficaz naquele capítulo de sua obra sobre ética e teologia, quando argumenta que, na verdade, não existem juízos morais que possam ser feitos, apenas expressões emotivas, nem mesmo afirmações sobre estados de coisas subjetivos, nem mesmo esses juízos. São simplesmente descrições de estados psicológicos, não juízos morais.

Portanto, afirmar que roubar é errado ou que a guerra é vergonhosa é simplesmente emotivo e não fundamenta em nada o que estamos discutindo. A influência da análise da linguagem comum se manifesta em um debate que ocorreu dentro do que chamamos de metaética, um termo cunhado em conjunto com a busca de G. E. Moore pelo que é o bem. Moore defendia que possuímos algum conhecimento intuitivo do bem, ou melhor, um reconhecimento intuitivo do bem, embora não possamos reduzi-lo a nenhuma propriedade natural, felicidade, prazer, utilidade, lei natural ou qualquer coisa definível empiricamente ou metafisicamente — sua falácia naturalista.

Bem, Ayer respondeu, naturalmente, ao intuicionismo de Moore, sustentando que, se não podemos definir ou descrever o bem, o termo é desprovido de significado. E assim, a teoria emotivista simplesmente surgiu desse tipo de consideração. Mas a metaética tem a ver com o significado da linguagem ética.

E você pode ver claramente como as preocupações metaéticas eram a principal preocupação como resultado da afirmação do positivismo lógico de que a terminologia moral é sem sentido, cognitivamente sem significado. Ela não se refere a nada. Mas o intuicionismo não morreu por causa disso.

WD Ross continuou uma espécie de intuicionismo onde o que é intuitivo é o certo, não o bom, mas o certo. E você poderia manter esses dois termos distintos com uma distinção paralela entre "mill" (moinho) e "can't" (não consigo). "Mill" e qualquer

ética consequencialista ou teleológica se preocupam com o bem, um bom resultado, o bom fim que buscamos.

Enquanto o direito tem a ver com a qualidade de um ato ou um motivo em si, e não com as consequências, no caso do "não posso", o direito é sempre agir por dever. Assim, W.D. Ross sustentava que temos um reconhecimento intuitivo do que é certo .

O significado desse termo torna-se claro, mesmo que não possamos reduzi-lo a nenhuma outra propriedade, evitando ainda a falácia naturalista, entende? Mas é reconhecível, por exemplo, no caso de termos celebrado um contrato ou feito uma promessa. Reconhecemos então que temos obrigações subsequentes.

E é correto que cumpramos nossas obrigações. Assim, o significado do termo tem a ver com obrigações comumente reconhecidas que surgem de certos relacionamentos e contratos. Você pode notar que o que está começando aí se tornou muito mais frequente desde então , uma espécie de tema contratualista.

Ao celebrar um contrato, assumimos obrigações. Mais adiante , veremos que isso se universaliza como base de toda obrigação moral, uma espécie de relação contratual. Mas é simplesmente um ponto de referência para Ross ao apresentar exemplos de nosso reconhecimento intuitivo do direito.

Mas a análise da linguagem comum torna-se mais eficaz quando se abordam os outros desenvolvimentos que mencionei. Uma abordagem de ponto de vista moral, desenvolvida em certa medida por William Frankner, que lecionava na Universidade de Michigan, escreveu uma introdução amplamente utilizada chamada "Simply Ethics" (Ética Simplesmente), que, para um livro de cerca de 100 a 120 páginas, provavelmente foi mais usada do que qualquer outra e ainda é citada. Frankner tinha formação cristã reformada e era graduado pelo Calvin College.

E embora seu teísmo não seja explicitamente declarado em seu livro, certamente está presente de forma implícita. E tornou-se evidente em um artigo que ele escreveu, creio que já mencionei isso antes, no final da década de 1930, se bem me lembro, em resposta à falácia naturalista de G. E. Moore, onde ele argumentou que, embora não se possa deduzir um "dever ser" a partir de um "ser", se houver alguma premissa adicional, por exemplo, de natureza teológica, então é possível deduzir um "dever ser" a partir de um "ser". Ou seja, enquanto A não implica logicamente B, A mais B implica logicamente B. Portanto, com a adição de alguma premissa que possa introduzir uma fonte de obrigação moral, uma base para valores, é possível deduzir alguma obrigação moral a partir de certas premissas factuais.

Então, se você disser, premissa B, Deus, um ser moral pessoal, existe, imediatamente você terá um juízo de valor implícito na premissa inicial. Mas, em todo caso, aquele

artigo inicial dele, que de fato estabeleceu sua reputação na filosofia, aquele artigo inicial, eu acho, preparou o caminho para sua ênfase posterior em adotar um ponto de vista moral. Porque o significado dos termos éticos depende de você adotar um ponto de vista moral.

Ou seja, adotar um ponto de vista moral representa um componente não cognitivo, não meramente emotivo, mas uma atitude não cognitiva, à medida que você se compromete a avaliar as coisas moralmente. Assim, com a adição desse ponto de vista não cognitivo, você começa a perceber que os termos morais se referem a atitudes inerentes a uma perspectiva moral. Eles possuem esse ponto de referência psicológico.

Poderíamos dizer que isso leva a uma espécie de subjetivismo ético, onde a terminologia moral é definida em relação a estados subjetivos como a adoção de um ponto de vista moral. Certo, mas ainda assim temos julgamentos morais cognitivos como resultado, o que não acontecia com A.J. Ayer. Kurt Bayer é o segundo representante desse filósofo australiano.

Mais amplamente conhecido é o prescritivismo de R.M. Hare. R.M. Hare, que lecionava em Oxford, você se lembra que o mencionei em relação ao debate sobre a linguagem religiosa. Ele era o exemplo do professor de Oxford que teve uma reação irracional, como você deve se lembrar, diante de alguém que estava tentando algo na época.

Em seu livro, *A Linguagem da Moral*, ele tentou analisar o uso comum da linguagem moral no dia a dia. E chegou à conclusão de que o que permeia a linguagem moral é uma forma gramatical imperativa, e não indicativa. Assim, o significado fundamental não é fazer uma afirmação factual, como "A é B" ou algo do gênero, "roubar é errado", mas sim o modo imperativo.

Não faça isso! A linguagem moral prescreve, não descreve. E, como tal, escapa à verificação positivista de descrições supostamente factuais. Afirmações morais não são descrições factuais; são prescrições, e, portanto, você tem algo diferente.

A observação está implícita na afirmação de que a visão positivista lógica da linguagem foi tão grosseiramente restringida que só permitia tautologias e enunciados descritivos. Todo o resto é expressão emotiva. Bem, e quanto aos comandos e coisas do gênero? Observe esse paradoxo até mesmo em Wittgenstein, numa passagem que li para vocês ontem à noite, ou melhor, na semana passada, onde Wittgenstein diz, ou melhor, alguém diz, não farás.

E o que você quer dizer em resposta é: "Bem, e se eu fizer isso?" O que Wittgenstein está meio que explorando é a estranheza de um "não farás" se você está trabalhando com uma visão reducionista de que tudo o que você pode fazer é emitir declarações

factuais ou expressar coisas de forma emotiva. Você pergunta: "O que é esse 'não farás'?" E Hare, na verdade, está captando isso e vendo como a característica saliente da linguagem moral, não apenas dos julgamentos morais, mas também de todos os outros tipos de linguagem moral. Prescritivismo.

Esse tipo de prescritivismo, obviamente, é bastante vago quanto aos fundamentos em que se baseia. Pode ser uma prescrição social. Pode ser uma prescrição parental.

Pode ser algum outro comando ou ordem. Pode até ser um comando divino. E essa nota sobre o comando divino, repare, surge um pouco mais tarde.

Bem, o prescritivismo foi logo seguido pelo descritivismo. O descritivismo, segundo Philippa Furst, da UCLA, e John Searle, aqui, resume-se simplesmente a fatos empíricos, mas fatos empíricos carregados de valores.

E para ilustrar seu ponto, John Searle, em um artigo intitulado "Como Derivar um 'Dever Ser' de um 'Ser'", mostrou como isso pode ser feito. Então, aqui no quadro, deixe-me desligar isso por um momento para que vocês possam ver melhor. Jones disse: "Eu prometo pagar a Smith \$5".

Essa é uma afirmação factual, empiricamente verificável. Logo, Jones prometeu pagar a Smith US\$ 5, uma tradução simples. Portanto, conclui-se que Jones se obrigou a pagar a Smith US\$ 5, uma questão de definição de termos.

Conclui-se, então, em tradução simples, que Jones tem a obrigação de pagar US\$ 5 a Smith. E, como resultado, novamente em tradução simples, Jones deveria pagar US\$ 5 a Smith. E você tem uma obrigação moral decorrente de uma afirmação empiricamente verificável.

Ou seja, existem algumas situações factuais, como prometer, que é uma ação social, algo descritível em termos empíricos. Existem algumas situações descritíveis que envolvem um dever moral. Portanto, você descreve um "ser" a partir de um "dever ser" descrevendo e traduzindo cuidadosamente a descrição de acordo.

Então, o que So estava fazendo, veja bem, era apontar o que ele chama de ato de fala do tipo que, primeiro, Jones disse: "Eu prometo pagar a Smith 5 dólares". Isso é um tipo de ato de fala. É um ato de fala que implica compromisso moral.

A linguagem é muito mais diversa do que as simplificações excessivas da AGA. Assim, surge o descritivismo. Agora, em muitos aspectos, um dos desenvolvimentos mais interessantes é o da teoria do comando divino.

Agora, a literatura sobre a teoria do comando divino, e para aqueles que estudam ética, isso não é novidade, remonta à Idade Média, mais precisamente ao diálogo de

Platão, o Eutífron, onde Sócrates discute o respeito aos pais e o respeito ao divino, entre outros temas. Isso levanta a questão de se o comando é correto porque Deus o quer, ou se Deus o quer porque é correto. Esse tipo de questão é levantada por Platão. Bem, a questão é que existe uma longa tradição de atribuir nossas obrigações morais, naturalmente, à vontade de Deus.

A lei de Deus, os mandamentos de Deus, por mais que sejam promulgados. E isso foi abordado neste contexto, no que diz respeito ao significado dos termos éticos. Ora, abordo a questão dessa forma intencionalmente para salientar que a teoria do comando divino pode ser usada de pelo menos duas ou talvez três maneiras diferentes.

Pode ser usado, e creio que essa seja talvez sua importância mais significativa; pode ser usado para discutir a base da obrigação moral. Por que ser bom? Bem, pela vontade de Deus. Teoria do mandamento divino.

A base da obrigação moral, obviamente. Também tem sido usada em termos da fonte do nosso conhecimento moral. Como sabemos o que é certo? Porque Deus disse.

Aliás, Carl Henry, em seus escritos sobre ética, enfatiza esse aspecto. Na verdade, ele não distingue esses diferentes aspectos, mas sua principal preocupação é destacar a fonte do conhecimento moral. Creio que ainda é possível enfatizar a fonte do conhecimento moral se reconhecermos que há revelação geral, bem como revelação especial, em matéria moral.

E, claro, em Romanos 1, Paulo está falando claramente sobre o conhecimento moral por meio da revelação geral. Na medida em que há testemunho da lei moral na maneira como a natureza humana é construída para funcionar, então, nesse sentido, ter Deus como criador significa esse mandamento divino. Mas a terceira maneira pela qual a teoria do mandamento divino é usada, e aquela que é significativa neste contexto pós-positivista, é em termos do significado dos termos morais.

O que significa dizer que algo é certo ou errado? O que significa dizer que é bom ou ruim? A referência é aos mandamentos de Deus. Referência à vontade de Deus. Portanto, essa renovação da teoria do comando divino veio para abordar as questões levantadas por Ayer.

Isso fica bem claro nos escritos de Robert Adams, da UCLA. Aliás, você já deve ter ouvido falar, talvez até tenha conhecido Marilyn Adams quando ela esteve aqui para a conferência, foi no ano passado? Robert Adams é o marido dela.

Eles são um casal que trabalha na UCLA. Um casal notável. Ele escreveu vários artigos sobre a teoria do comando divino.

Philip Quinn escreveu um livro sobre o assunto. Ele estava na Universidade Brown. Ele, como muitas outras pessoas boas, agora está em Notre Dame.

O mundo inteiro parece se reunir ali em Notre Dame. E Phil Quinn está lá. Ele é, aliás, editor da revista *Faith and Philosophy*, da Sociedade de Filósofos Cristãos.

Mas essas duas são atualmente as principais vozes. A ênfase na teoria do comando divino, porém, também remonta a Elizabeth Anscombe. De quem você deveria estar familiarizado?

Uma filósofa católica britânica que, desde os anos quarenta, vem fazendo um trabalho excelente, principalmente em assuntos de filosofia moral e psicologia filosófica. Bem, acho que foi em 1955, se não me engano. Ela publicou um artigo na revista britânica *Mind* intitulado "Filosofia Moral Moderna".

Filosofia Moral Moderna. Nela, ela se queixava de que parecia haver, durante meio século, algum tipo de conspiração para eliminar o conceito de lei da ética moderna. Ela se referia particularmente à influência do utilitarismo.

Mas, é claro, a história da primeira metade deste século inclui não apenas a disseminação da ética utilitarista, mas também a ascensão do positivismo lógico. O que, obviamente, eliminou a concepção de lei da filosofia moral. Sua afirmação era de que não é de todo surpreendente que, sem algum tipo de moral Legislador, é muito difícil sustentar uma concepção de lei moral.

E ela se referia, portanto, às raízes da concepção de lei moral na tradição ocidental, estando estas na tradição judaico-cristã e no estoicismo romano. Que combinação! E ela, como católica, como tomista, defendia, naturalmente, uma renovação da ênfase na lei moral.

Isso nos daria alguma base não apenas para a obrigação, mas também para o significado da concepção de lei moral. O significado da concepção de lei moral. O termo pode ter significado se houver um legislador moral.

E o que ela desejaria é uma teoria da lei natural. Uma combinação de mandamento divino e lei natural. O mandamento divino dá significado aos termos morais, bem como uma base para a autoridade.

E a lei natural em termos de como sabemos quais são nossas obrigações morais. Então, essa história realmente restaura toda a empreitada da teoria ética, eu acho, efetivamente, ao ponto em que estava antes do surgimento dos positivistas. Na verdade, em alguns aspectos, está mais avançada do que está agora, devido aos

sérios desafios a uma ética puramente utilitarista que surgem particularmente na teoria do comando divino.

Mas também do ponto de vista moral e da ética prescritivista. Algum comentário , alguma pergunta ? Sim, Carl. Sim, mas melhore um pouco, Carl.

A menos que exista um legislador moral , o conceito de lei moral não tem significado. Não há ponto de referência empírico, nenhum ponto de referência factual para a lei moral. Ora, podem existir leis promulgadas por humanos, mas, nesse caso, haveria um legislativo ou um governante que desempenharia a função de legislador moral .

Mas isso não teria a autoridade da lei divina. Portanto, ela quer o legislador divino para dar sentido à lei moral universal e imutável, conceito que seria empiricamente sem sentido, factualmente sem sentido, sem ele. Como Kant responderia a isso? Bem, para começar, Kant não se preocuparia com significado empírico, verificabilidade empírica e todas essas questões.

Você verá. Sua pergunta é interessante porque Kant faz o contrário. Kant diria que, na medida em que temos esse reconhecimento intuitivo de um senso de dever, devemos explicá-lo de alguma forma.

Ou seja, em última análise, um legislador moral . Você verá. Portanto, meu palpite é que Kant aplaudiria Anscombe por esse ponto, embora rejeitasse sua teoria da lei natural com sua base metafísica.

Você verá. Mas a conexão entre a lei moral e o legislador moral é reconhecida por Kant tão claramente quanto por Anscombe. Sim.

Kant diria que é preciso postular o legislador . E suspeito que Anscombe, pelo menos na década de 1950 como tomista, teria dito que podemos usar os cinco argumentos de Tomás de Aquino para o legislador moral. Mas mesmo sem o legislador , Kant diria que temos um dever.

Sim, ele diria que temos um senso de obrigação moral. Essa intuição. Bem, sim, temos um reconhecimento intuitivo da base comum da moralidade de que devemos sempre agir por um senso de dever.

Sim, nesse sentido, é intuitivo. A contradição surge quando se tenta agir racionalmente e fazer algo errado. É aí que a contradição aparece, no julgamento moral específico .

Mas acho que a diferença entre eles, a que você talvez esteja se referindo, é a seguinte. Eu uso o termo "intuitivo" para me referir a Kant. Sim, não no sentido de Moore ou Ross, não é intuitivo, mas no sentido de um núcleo comum de moralidade.

Mas, devido ao advento do critério de verificabilidade positivista, Anscombe evitaria esse tipo de abordagem. Porque o positivista perguntaria a Kant: Qual é o status? Qual é o significado desse senso de dever? Esse senso de dever é empiricamente acessível? E o positivista diria que não.

Assim, a ética de Kant seria descartada pela teoria emotivista de Ayer. Entende? Agora, ao contornar isso, Anscombe está tentando retornar a um significado para o conceito de dever ou lei moral. Portanto, fazendo com que ele dependa de um legislador moral.

Karl? Então, o reconhecimento dessas leis morais é apenas um desdobramento de um legislador moral? Não é intuitivo, mas é mais... Sim, sim, sim. De modo que, se uma pessoa é um naturalista convicto e não tem um legislador moral, é improvável que encontre qualquer significado na lei moral. Nenhum significado factual.

Agora veja, pergunte a si mesmo, você pode ver isso claramente, pergunte a si mesmo que tipo de significado, em termos da teoria da verificabilidade de Ayer, que tipo de significado se atribui a uma afirmação como: "Todos nós estamos moralmente obrigados por uma lei universal"? Entende? Bem, estar moralmente obrigado, o que significa? Ter sentimentos subjetivos de ter que fazer isso? Sentimentos subjetivos de culpa, certo, Ayer diria, isso é algo para o psicólogo descrever, não tem nada a ver com obrigação moral. Entende? Então, se você recorrer simplesmente a descrições psicológicas, isso não ajuda em nada. Lembra-se dos quatro tipos de linguagem moral de Ayer? Lembra? Existem descrições psicológicas e existem descrições psicológicas e outras descrições subjetivas.

Existem exortações, sim, que são simplesmente expressões de emoção. Existem declarações abertamente emotivas e existem supostos julgamentos morais. Existem também declarações metaéticas, devo dizer.

Muito bem, vamos passar para o próximo ponto. O resultado desse debate sobre a linguagem moral e seu significado reintroduziu a ética normativa. E tivemos os últimos 20 anos de uma atividade extremamente intensa na área da ética normativa.

Listei cinco dos escritores mais influentes, nomes com os quais você deveria se familiarizar, e você já está familiarizado se tem estudado teoria ética. John Rawls, de Harvard, com seu livro sobre a teoria da justiça, introduziu uma abordagem contratualista. Você se lembra da noção de estado de natureza de John Locke, que levou, devido às necessidades e direitos comuns, a uma sociedade civil que dependia de algum tipo de contrato social.

O que Rawls está fazendo não é apenas falar sobre uma base contratualista para o governo, mas sobre uma base contratualista para toda a moralidade. Portanto, ele

precisa de seu equivalente ao estado de natureza de Rawls. E o que ele descreve é o que aconteceria por trás do que ele chama de véu da ignorância.

Um véu de ignorância. Ou seja, se um grupo de pessoas adotasse uma postura de total desconhecimento sobre os desdobramentos futuros que poderiam afetá-las, para o bem ou para o mal. Um véu de ignorância.

Que tipo de princípios você estabeleceria, então, para a organização de nossas vidas por trás desse véu de ignorância? E ele sugere que o que emergiria, o que ele propõe, se baseia em dois princípios. Primeiro, que os benefícios e os custos da sociedade devem ser distribuídos equitativamente. E segundo, que, quando houver desigualdade, isso deve ocorrer com vantagem para as pessoas menos favorecidas.

Com benefícios que favorecem os menos favorecidos. Bem, e sobre isso, ele tentou propor uma forma de organizar uma economia política dessa maneira. Não é exatamente uma abordagem utilitarista.

Embora, quando ele fala em igualar benefícios e custos, haja obviamente uma consequencialistade, não se trata de uma abordagem utilitarista. Ele não está simplesmente dizendo, sem rodeios, para maximizar o benefício para o maior número possível de pessoas.

Não. Há um toque kantiano nisso, a ênfase na igualdade, ignorando outras considerações. Há um toque kantiano, sim, mas não se trata de uma ética kantiana agindo por um senso básico de dever.

Trata-se de um acordo contratualista. Assim, a moralidade não se baseia em nenhum mandamento divino. Não se baseia em nenhum princípio moral a priori.

Não se baseia na avaliação empírica das consequências. Certo. Dessa forma, você elimina o mandamento divino, elimina a lei natural, elimina a ética kantiana, elimina a ética utilitarista.

Baseia-se, antes, em um acordo social. E sua abordagem tem sido alvo de imensa discussão, não apenas entre especialistas em ética, mas também na ciência política, na economia e em outras áreas.

De um modo geral, suas inclinações pendem para uma filosofia político-econômica mais liberal do que conservadora, com base nesses princípios. Também em Harvard, Robert Nozick, autor de "Anarquia, o Estado e a Utopia", é tão conservador em pensamento econômico e político quanto possível. A tese de Nozick é que existe apenas um princípio básico.

Que todo indivíduo tem o direito de adquirir tudo o que puder, desde que não o tome ilegalmente de outrem. Direitos de aquisição. É uma forma de egoísmo ético.

O princípio moral básico é o respeito pelos direitos de aquisição. É claro que ele defende uma rede de proteção social para os menos favorecidos . Mas, essencialmente, trata-se de um individualismo radical.

Parece-me que ele é a expressão filosófica do tipo de Reaganomics que falava de iniciativa individual e, essencialmente, de direitos de aquisição com um mínimo de regulamentação legal e uma rede de segurança. Curiosamente, havia duas pessoas no mesmo departamento ao mesmo tempo em Harvard. Há alguns anos, um dos nossos graduados estava na faculdade de direito lá em Harvard, e eles estavam tendo uma discussão sobre Esses dois pontos de vista estavam sendo debatidos em uma aula de direito, quando uma voz vinda do fundo da sala, que se revelou ser a de Rawls, interrompeu e corrigiu alguém.

E outra voz, que se revelou ser a de Nozick, do outro lado da sala, interrompeu da mesma forma, e assim os dois ficaram debatendo essa questão naquela aula de direito. Imagino que tenham ocorrido muitos debates. Alan Goodworth, da Universidade de Chicago, aposentou-se há apenas alguns anos.

Razão e moralidade. Essencialmente um kantiano . E, de muitas maneiras, ele representa um renascimento das abordagens kantianas à ética.

Frequentemente chamado de respeito pelas pessoas . O respeito pelas pessoas é o princípio básico. Você se lembra que a segunda formulação do imperativo categórico de Kant era que devemos sempre tratar as pessoas como fins em si mesmas e não apenas como meios.

Respeito pelas pessoas . Bem, Alan Goodworth tenta explicar isso em termos do fato de que cada um de nós deseja ter a máxima liberdade possível para perseguir seu próprio projeto de vida. Ora, o fato de eu desejar essa liberdade, se eu quiser ser logicamente consistente em vez de logicamente autocontraditório, significa que devo respeitar a liberdade dos outros para o mesmo fim.

Temos, portanto, o que ele chama de princípio da consistência genérica. Um princípio de consistência genérica, que é, na verdade, o princípio da universalizabilidade de Kant. Não se deve impor os próprios fins, os próprios objetivos, os próprios direitos em violação dos mesmos direitos dos outros.

Isso violaria o princípio da consistência genérica. E assim ele tentou reconstruir uma ética kantiana. Alan Donegan, que também esteve em Chicago por muitos anos e depois se mudou para o Caltech, faleceu há apenas um ano e meio, dois anos.

O livro de Alan Donegan, A Teoria da Moralidade, também é kantiano. O que ele tentou fazer foi retomar o princípio do respeito pelas pessoas e ver o que poderia ser inferido disso em termos da implementação de um tipo de ética mais especificamente desenvolvido. O que ele fez foi argumentar que os princípios essenciais da ética judaico-cristã são verdadeiros.

Você vai se interessar em saber que ele me contou isso certa vez, quando estava aqui, que embora tenha levado muitos anos para elaborar e argumentar sobre o assunto, depois que o livro foi para a gráfica, ele chegou à conclusão de que, se a ética judaico-cristã fosse verdadeira, a teologia subjacente provavelmente também o seria, e ele deveria se tornar cristão. E, sendo uma pessoa ética, ele se tornou. E, ao mesmo tempo, um indivíduo notável.

Alan Donegan, um livro que vale muito a pena. Alasdair MacIntyre, um nome que você certamente já ouviu em diversas ocasiões. Três obras nessa área que são muito influentes e representam uma mudança de paradigma, deixando de lado as abordagens baseadas em regras para as decisões e ações morais.

Partindo disso, temos uma abordagem para decisões morais regida por regras. Uma ética da tomada de decisões. E passando disso, para o que chamamos de ética da virtude.

Ênfase no caráter moral. Nas qualidades morais da pessoa, em vez da qualidade moral das ações individuais.

Em "Depois da Virtude", ele realmente traçou toda a história da ética desde os tempos pré-socráticos, na verdade, desde os tempos homéricos, antes mesmo dos pré-socráticos, até os tempos pós-kantianos. Ele argumenta que os primeiros gregos, passando por Platão, Aristóteles, os estoicos e chegando aos medievais, estavam todos interessados principalmente no cultivo da virtude. A preocupação com o crescimento e o desenvolvimento da alma, encontramos em Platão.

Encontramos em Agostinho, e outros, o desenvolvimento do caráter. E é somente no século XVIII, de fato, que encontramos no Iluminismo o desenvolvimento de uma ética baseada em regras, onde a decisão e a ação têm precedência. Agora, é preciso ter cuidado para não generalizar demais.

Porque certamente em pessoas como Agostinho e Tomás de Aquino, com suas abordagens da ética baseadas na lei natural, existe uma preocupação com as regras morais, ou seja, a lei moral natural, bem como a lei bíblica, para orientar as decisões morais e produzir ações corretas. Isso está presente. Mas a preocupação maior reside nas virtudes.

De fato, é interessante notar, e pode parecer inicialmente paradoxal, que quando Tomás de Aquino fala sobre as regras da teoria da guerra justa, ele o faz sob a ampla rubrica da virtude do amor. A virtude do amor. Porque o amor exige que a justiça seja temperada pelo amor.

Portanto, a guerra justa precisa ser entendida dessa maneira. Ora, o que MacIntyre faz, contudo, não é apenas traçar o desenvolvimento dessas duas tradições na ética, mas também examinar o que veio depois da virtude em uma ética regida por regras, observar o desenvolvimento do utilitarismo e sua completa indiferença a questões de virtude. Ele está simplesmente interessado na máxima utilidade das ações e políticas, entende?

Ele busca fins não morais, e não o fim moral do desenvolvimento do caráter. Ele faz isso. Mas também ressalta que esses fins se baseiam em tradições diferentes, tradições filosóficas distintas e incomensuráveis.

Ora, falar de incomensurabilidade é dizer que não se pode avaliar uma pelas normas da outra. Não se pode traduzir uma em termos da outra. Elas não são redutíveis uma à outra.

E ele aprofunda essa questão no segundo volume, "De Quem é a Justiça, Qual a Racionalidade?". A pergunta sobre de quem é a justiça deixa clara a incomensurabilidade das tradições no que diz respeito ao significado e às exigências da justiça. Já a questão de qual racionalidade enfatiza a incomensurabilidade das razões apresentadas para os pontos de vista morais oferecidos. Há diferentes padrões de julgamento racional envolvidos.

E esse tema reaparece em seu terceiro volume, publicado há apenas alguns anos, *Três Versões Rivals da Investigação Moral*. *Três Versões Rivals da Investigação Moral*. Agora, se você tiver tempo para ler apenas um desses três, leia o terceiro.

É muito mais sucinto que os outros. Cada um dos outros poderia ter sido escrito, creio eu, e o argumento apresentado de forma eficaz na metade do tamanho. Mas MacIntyre é o tipo de pessoa escocesa-irlandesa de grande influência, muito efusiva com a linguagem e com os seus interesses, de modo que o que ele escreve é fascinante, repleto de todo o tipo de conhecimento histórico, especialmente quando se trata de algo relacionado com a Escócia.

Quer dizer, você aprende sobre a história escocesa e tudo mais, mas também sobre outros assuntos. Ele tem um interesse fascinante em história social, não apenas em história intelectual, mas em história social, o que transparece de forma muito eficaz neste livro. Agora, as três tradições rivais do terceiro volume são obviamente diferentes em sua visão da razão, bem como em sua visão dos fundamentos da ética.

A primeira é a tradição aristotélica. A tradição aristotélica, que, naturalmente, foi muito mais desenvolvida por Tomás de Aquino. A segunda versão é a versão iluminista dos séculos XVIII e XIX.

Ele cita uma certa edição do século XIX da Enciclopédia Britânica, que tinha um artigo sobre ética, o qual tratava a ética como outra ciência, que gradualmente acumulava mais e mais conhecimento moral que se tornava universalmente reconhecido até que tivéssemos uma ciência universal da ética, completamente fundamentada no raciocínio positivista. Bem, esse tipo de abordagem racionalista, que ele vê como resultado da abordagem regida por regras de alguns escritores do século XVIII. Então, a terceira versão, a terceira tradição, é Nietzsche.

E essa, claro, é a contribuição dele às outras. E acho justo dizer que ele acrescenta a ética nietzschiana dos fortes e dos fracos numa luta pelo poder. Sabe, aquela coisa do Nietzsche.

Porque enquanto ele trabalhava nessas outras coisas, tivemos um ressurgimento do pós-modernismo, entende? Com a ênfase que agora chamamos de correção política, mas que, em essência, era subjetivismo, falando sobre minha verdade e meus padrões morais e assim por diante, a partir da afirmação de desejos não fundamentados racionalmente, mas sim voluntariamente. Então, ele apresenta essas três alternativas e tenta mostrar qual é a verdadeira consequência da escolha entre elas. Mas lembre-se de que elas têm uma concepção diferente do que constitui racionalidade.

No caso da primeira tradição, existe um conceito de sabedoria, que vem de Aristóteles, sabedoria e prudência. Essa ideia surge com Aristóteles e reaparece na Idade Média. Na segunda tradição, trata-se de raciocínio dedutivo de maneira quase científica, ou seja, o ideal cientificista.

E na terceira, claro, a razão é simplesmente racionalizar. Ela está a serviço das emoções. E você consegue perceber nisso de onde ele vem.

Curiosamente, esse tipo de coisa se relaciona muito com sua própria autobiografia. Porque ele começou, ainda jovem, na década de 50, escrevendo sobre o problema da linguagem religiosa. Você se lembra de sua contribuição para a discussão sobre a linguagem religiosa, ao falar da platitude idiossincrática, da natureza idiossincrática das linguagens religiosas, distinta de outros usos da linguagem, de modo que não se poderia sustentar uma crença religiosa em virtude de qualquer outro tipo de uso da linguagem.

A questão é que, naquela época, ele tinha uma teologia completamente barthiana, segundo a qual Deus é conhecido independentemente de processos racionais, por meio de algum tipo de encontro existencial. Bem, ao longo dos anos, ele se afastou

completamente do cristianismo. Ele se interessou pelo marxismo, e esses três livros representam o movimento gradual que ele vinha fazendo de volta a algum tipo de teísmo. Portanto, quando publicou *Depois da Virtude*, ele era um aristotélico, mas ainda não havia retornado ao cristianismo.

E o processo tem sido tão contínuo que, no terceiro volume, ele não é apenas um aristotélico, mas também um tomista e um católico praticante, entende? Então ele retornou à fé cristã. E, como eu disse antes, assim como muitas outras pessoas boas, ele agora está em Notre Dame.

Então, é assim que a ética tem evoluído. Portanto, acho justo dizer que, nos últimos 20 anos, essas são as cinco pessoas mais influentes na ética. Minha impressão é que a influência de Rawls continua e continuará, mais do que a de Nozick, Gewirth e Donegan.

E neste momento, talvez Rawls, com suas decisões éticas regidas por regras e princípios, e MacIntyre, com sua ética da virtude, sejam os dois autores mais discutidos, aqueles com quem você deveria se familiarizar. Bem, vou parar por aqui e deixo para vocês questionarem, darem feedback, comentarem, acrescentarem, enfim, o que quiserem. O resultado é que a ética normativa, assim como a filosofia da religião, está viva e bem novamente, apesar de A.

Como eles lidam com a justiça e a misericórdia? Com a justiça, sim. Muito se fala em justiça. Rawls define justiça em termos de distribuição equitativa dos benefícios e custos de uma sociedade.

Nozick, em termos de defesa dos direitos individuais, basicamente defende o direito à aquisição. Gewirth, em termos de respeito ao outro e ao seu projeto de vida. Donegan, novamente, em termos de direitos individuais.

Portanto, creio ser justo dizer que a ênfase na justiça se dá em termos da teoria dos direitos. E acho interessante também que nenhum desses quatro seja utilitarista. Isso não significa que ignorem as considerações consequenciais; não as ignoram.

Mas eles não são utilitaristas no sentido de trabalhar com tudo segundo o princípio da utilidade. Portanto, o respeito pelas pessoas, a nota kantiana e as teorias dos direitos humanos parecem ser bastante centrais. Tanto Donegan, ou melhor, Donegan por enquanto, certamente diria que uma ética bíblica vai significativamente além da abordagem kantiana da ética.

Embora eu não tenha certeza se ele chegou a desenvolver essa ideia completamente. Lembro-me de quando ele proferiu as palestras principais em nossa conferência de filosofia alguns anos depois da publicação da teoria da moralidade. Durante o debate, lembro-me de Rich Mao, do Calvin College, parado naquele canto,

se estivéssemos na ala leste do Edmund, questionando Donegan ali no pódio e tentando guiá-lo passo a passo para articular como uma ética cristã afetaria seu pensamento ético.

E ele foi gradualmente se convencendo e começando a entender, mas estava tendo que pensar de maneiras que nunca havia pensado antes, antes de se tornar teísta . Ele foi criado em um lar metodista na Austrália, mas acho que não havia refletido muito a partir de uma perspectiva teísta desde a pós-graduação. Bem, MacIntyre está tendo muita influência entre os eticistas cristãos.

Ele teve uma grande influência sobre o teólogo Stanley Hauerwas, que vem desenvolvendo a ética da virtude a partir de uma perspectiva mais teológica, vinculando-a a abordagens narrativas da ética, à narrativa da tradição. É possível observar isso implicitamente na ênfase dada às diferentes tradições. Assim, participar da vida de uma tradição, da vida de uma comunidade, e fazer da sua história a sua própria é uma das maneiras de interiorizar os valores dessa tradição e começar a incorporar as virtudes dessa tradição.

Assim, toda a teoria do desenvolvimento moral está sendo profundamente afetada por esse tipo de abordagem. Como MacIntyre diria que se critica as virtudes de uma tradição específica? Sim, esse é o ponto fraco. Você tenta manter a consistência.

Você tenta analisar o efeito sobre os outros e o produto final . Mas ele parece não ter desenvolvido nenhum ponto de referência crítico bem definido. Então, torna-se uma questão de ponderar o , eu ia dizer, o valor moral e social da coisa.

Em Depois da Virtude, uma das primeiras coisas que ele faz é estabelecer um contraste entre a ética aristocrática da tradição homérica e o que mais tarde se tornaria a ética socrática, onde se valoriza a beleza, a força e a honra . Essa é a ética aristocrática. E se você conhece os escritos de Homero, pode perceber isso em seus heróis.

Agora, Sócrates é muito diferente. Sua preocupação é com a justiça. Com a amizade.

Com respeito. Reverência, entende? Agora, ele... Eu diria que algum dos dois está errado ? Errado.

Inferior, sim. Ele não parece dizer errado. Parece dizer inferior em termos do tipo de sociedade que construiu.

Um construiu Esparta. O outro construiu Atenas. Escolha o seu.

Sim. Exatamente. Você não poderia estar mais certo.

O florescimento humano, aliás, é o termo frequentemente usado para o fim, o objetivo. Florescimento humano. O que significa florescer? Bem, na tradição aristotélica, significa realizar-se plenamente .

O pleno florescimento. O florescimento pleno do potencial humano.

Mas isso envolve uma teleologia aristotélica. Bem, já nos alongamos demais.